



22215418



08001.000447/2023-85



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

OFÍCIO Nº 85/2023/GM/MJ

Ao Senhor  
ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES  
Diretor-Geral da Polícia Federal  
SCN, Quadra 4, Bloco A  
Edifício Multibrasil Corporate, Ed. Sede  
70714-903 Brasília - DF

**Assunto: Apuração de infrações penais nos moldes da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, do Código Penal, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002.**

Senhor Diretor-Geral,

1. Como é sabido, em observância à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais), **os povos indígenas deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos ou discriminação**<sup>[1]</sup>, cabendo aos governos assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade<sup>[2]</sup>.
2. No âmbito da **saúde**, por força do art. 196<sup>[3]</sup> da Constituição Federal e do Artigo 25<sup>[4]</sup> da Convenção nº 169 da OIT, **o Estado deve zelar para que sejam colocados à disposição dos povos indígenas serviços de saúde adequados** (ou proporcionar-lhes os meios que lhes permitam organizar e prestar tais serviços sob a sua própria responsabilidade e controle) a fim de que possam gozar do **nível máximo possível de saúde** física e mental.
3. Nos últimos dias, o Poder Executivo recebeu informações de expressivo número de casos de desnutrição de indígenas Yanomami (fotos em anexo). Conforme Portal Sumaúma<sup>[5]</sup>, 570 (quinhentas e setenta) crianças menores de cinco anos morreram por falta de assistência médica nos últimos quatro anos (2019-2022). De acordo com os dados obtidos pelo Sumaúma<sup>[6]</sup>, tais mortes enquadram-se no que as estatísticas chamam de **“mortes evitáveis”**, na medida em que as vidas de tais indígenas poderiam ter sido preservadas **se houvesse atendimento adequado de saúde ou ações de prevenção**. Na região, 6 de cada 10 crianças menores de 5 anos apresentam déficit nutricional, ou seja, têm peso considerado inadequado para a idade, a maior parte delas já em desnutrição severa.
4. De acordo com o site The Intercept Brasil<sup>[7]</sup>, **a gestão federal que findou em 2022 ignorou 21 ofícios com pedidos de ajuda dos YANOMAMI**. Tanto a Funai quanto o Exército, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal receberam **dezenas de relatos de ataques de garimpeiros e pedidos de reforço na segurança**.
5. Segundo estudo de pesquisadores da Fiocruz, do Instituto Socioambiental (ISA), do Instituto Evandro Chagas e da Universidade Federal de Roraima (UFRR), **os pescados coletados em três de quatro pontos na Bacia do Rio Branco, que perpassa os territórios Yanomami, apresentaram concentrações de mercúrio maiores ou iguais ao limite estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS)** <sup>[8]</sup>.
6. O estudo, que foi divulgado em 2022, baseou-se em metodologia proposta pela OMS. A análise de avaliação de risco à saúde coletou amostras de pescado entre 27 de fevereiro e 6 de março de 2021 e revelou **índices altos de contaminação por mercúrio** em trecho do Rio Branco na cidade de Boa Vista (25,5%), Baixo Rio Branco (45%), Rio Mucajáí (53%) e Rio Uraricoera (57%). De acordo com os pesquisadores, **as altas taxas de contaminação observadas, provavelmente, são decorrentes dos inúmeros garimpos ilegais de ouro** instalados nas calhas dos rios Mucajáí e Uraricoera (FIOCRUZ, 2022).
7. Apesar da proteção conferida pelo art. 231<sup>[9]</sup> da Constituição Federal, a região é severamente afetada pela extração de minerais em autorização da Agência Nacional de Mineração (ANM), o que, além da violência contra os povos indígenas, contribui para a desnutrição desses povos, na medida em que **a extração do minério com mercúrio contamina os rios, mata animais e impacta a disponibilidade de alimentos**<sup>[10]</sup>.
8. O Ministério dos Povos Indígenas divulgou, no último 20 de janeiro, que 99 (noventa e nove) crianças do povo Yanomami morreram. Os dados são referentes a 2022, e as vítimas foram crianças entre 1 (um) a 4 (quatro) anos. As causas da morte são, na maioria, por desnutrição, pneumonia e diarreia<sup>[11]</sup>.
9. Conforme relato do Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Yek'wana (Condisi-YY), **“Os yanomami foram muito afetados pela desassistência, falta de medicamentos e invasões”**. Há de registrar, ainda, que, de acordo com informações do Portal Deutsche Welle (DW), em 2022 foram registrados 11.530 casos de malária no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, distribuídos entre 37 polos. O destaque foi para os casos na faixa etária de maiores de 50 anos, seguida pela dos 18 a 49 anos, e a dos cinco aos 11 anos de idade. <sup>[12]</sup>
10. Segundo Priscilla Oliveira, pesquisadora e ativista da Survival International, **a crise humanitária não era desconhecida pela gestão federal anterior**, visto que lideranças indígenas como Dario Kopenawa Yanomami, da Hutukara Associação Yanomami, vieram até Brasília expor a situação e pedir a retirada de garimpeiros (WC, 2023).
11. Há registros, inclusive, de proibição<sup>[13]</sup>, por parte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), de acesso de equipe da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) à Terra Indígena Yanomami, em 2021. Segundo Dário Kopenawa, os profissionais levariam atendimento médico aos indígenas que sofriam com malária e desnutrição, contudo tiveram sua entrada negada, com fundamento na suposta contenção da COVID-19, embora tivessem realizado os exames necessários, seguindo os protocolos de saúde.
12. Mortes por desnutrição ou por doenças tratáveis, pouco ou nenhum acesso aos serviços de saúde, medidas insuficientes para a proteção dos Yanomami, além do desvio na compra de medicamentos<sup>[14]</sup> e de vacinas<sup>[15]</sup> destinadas a proteção desse povo contra a COVID-19, conduzem a um cenário de possível **desmonte intencional contra os indígenas Yanomami ou genocídio**, nos moldes do art. 1º, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, abaixo transcrito:

**Art. 1º** Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: (Vide Lei nº 7.960, de 1989)

**a) matar membros do grupo;**

- b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;  
 c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;  
 d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;  
 e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo;

Será punido:

Com as penas do art. 121, § 2º, do Código Penal, no caso da letra a;

Com as penas do art. 129, § 2º, no caso da letra b;

Com as penas do art. 270, no caso da letra c;

[...]

[grifo nosso]

13. **Os reiterados pedidos de ajuda contra a violência decorrente do garimpo ilegal, bem como a ausência de efetivas ações e serviços de saúde à disposição dos Yanomami frisam possível intenção de causar lesão grave à integridade ou mesmo provocar a extinção do referido grupo originário.**

14. Segundo Junior Yanomami, Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena e da Urihi Associação Yanomami:

**a situação no local se agravou desde 2018 e atingiu níveis alarmantes a partir de 2020 com a invasão ainda mais forte dos garimpeiros, sem qualquer ação contrária do governo federal.** Ainda de acordo com as entidades, apesar de 73 postos abertos, quase todos tinham escassez de profissionais, o que impedia, por exemplo, as visitas domiciliares. Ao longo dos últimos anos, a entidade presidida por Júnior e outras mandaram vários ofícios e pedidos cobrando atendimento. "Eu mandei mais de 100 pedidos e informando o drama vivido à Sesai [Secretaria de Saúde de Indígena], Funai, Ministério Público [...] "Com essas denúncias, vinha o pessoal para uma visita e ia embora. Apagavam um fogo como bombeiro, resolvia um probleminha e deixava os grandes e fomos sofrendo", diz Júnior. (MADEIRO<sup>[16]</sup>, 2023, UOL Notícias)

15. **Todo o contexto já narrado se agrava especialmente quando há registros de ex-agentes políticos<sup>[17]</sup> em visita a garimpo ilegal em terra indígena também localizado no Estado de Roraima.**

16. Desse modo, considerando as disposições do art. 22, inciso XIV<sup>[18]</sup>, art. 109, inciso XI<sup>[19]</sup>, do art. 144, § 1º, inciso VI<sup>[20]</sup>, e art. 176, § 1º<sup>[21]</sup>, todos da Constituição Federal, ante o incentivo político a garimpos ilegais em terras indígenas, o abandono no que tange à disponibilização de ações e serviços de saúde, bem como a ausência de estratégias para garantia da segurança alimentar aos Yanomami, com fulcro na Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, **determino** a essa Polícia Federal a instauração de procedimento para investigação da autoria do cometimento, em tese, dos crimes de **genocídio** (art. 1º, alíneas "a" e "c", da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956<sup>[22]</sup>), de **omissão de socorro**<sup>[23]</sup> (art. 135, CP) e do crime ambiental previsto no **art. 55<sup>[24]</sup> da Lei nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998, além de outros crimes a serem apurados pela autoridade policial.

17. Ao ensejo, renovamos os protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,

FLÁVIO DINO  
 Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

**[1] Artigo 3º**

1. Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desses povos

**[2] Artigo 2º**

1. Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade.  
 2. Essa ação deverá incluir medidas: a) que assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população; b) que promovam a plena ef

**[3] Art. 196.** A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, pra

**[4] Artigo 25**

1. Os governos deverão zelar para que sejam colocados à disposição dos povos interessados **serviços de saúde adequados ou proporcionar a esses povos os meios que lhes permitam organizar e prestar tais serviços sob a sua própria responsa**  
 2. Os serviços de saúde deverão ser organizados, na medida do possível, em nível comunitário. Esses serviços deverão ser planejados e administrados em cooperação com os povos interessados e levar em conta as suas condições econômicas, geog  
 3. O sistema de assistência sanitária deverá dar preferência à formação e ao emprego de pessoal sanitário da comunidade local e se centrar no atendimento primário à saúde, mantendo ao mesmo tempo estreitos vínculos com os demais níveis de  
 4. A prestação desses serviços de saúde deverá ser coordenada com as demais medidas econômicas e culturais que sejam adotadas no país.

**[5] SUMAUMA. Governo declara situação de emergência e envia Força Nacional do SUS ao território Yanomami.** Disponível em: <<https://sumauma.com/governo-declara-situacao-de-emergencia-e-envia-forca-nacional-do-sus-ao-territorio-yanom>> Acesso em 22 jan 2023

**[6] SUMAUMA. Não estamos conseguindo contar os corpos.** Disponível em: <<https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>> Acesso em 22 jan 2023

**[7] The Intercept Brasil. GOVERNO BOLSONARO IGNOROU 21 OFÍCIOS COM PEDIDOS DE AJUDA DOS YANOMAMI.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2022/08/17/governo-bolsonaro-ignorou-21-oficios-com-pedidos-de-ajuda-dos-yanom>> Acesso em 22 jan 2023.

**[8] Portal FIOCRUZ. Estudo revela que peixes de rios de Roraima estão contaminados por mercúrio** <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-revela-que-peixes-de-rios-de-roraima-estao-contaminados-por-mercuro>> Acesso em 22 jan 2023.

**[9] Art. 231.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os se § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessá § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

**[10] Art. 231.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os se § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessá § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

**[11] Art. 231.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os se § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessá § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

**[12] Portal G1. Desnutrição infantil, garimpo e Covid: entenda os problemas que afligem a Terra Indígena Yanomami.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/05/27/desnutricao-infantil-garimpo-e-covid-entenda-os-proble>> Acesso em 22 jan 2023

**[13] Portal G1. Quase 100 crianças morreram na Terra Indígena Yanomami em 2022, diz Ministério dos Povos Indígenas.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/21/mas-de-500-criancas-morrem-na-ti-yanomami-e-lula>> Acesso em 22 jan 2023

**[14] PONTES, Nádia. Apagão de dados sob Bolsonaro ocultou crise yanomami.** Deutsche Welle (DW). Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/apag%C3%A3o-de-dados-sob-bolsonaro-tentou-ocultar-dimens%C3%A3o-da-crise-yanomami/a-644>> Acesso em 22 jan 2023

**[15] RORAIMA EM TEMPO. Funai impede Fio Cruz de levar atendimento médico aos Yanomami.** Disponível em: <<https://roraimaemtempo.com.br/saude/funai-proibe-fiocruz-de-levar-atendimento-medico-aos-yanomami/>> Acesso em 22 jan 2023

**[16] UOL NOTÍCIAS. Ianomâmi: MPF apontava crise na saúde desde 2021 e desvios na compra de remédios.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/01/22/yanomami-mpf-apontava-crise-na-saude-desde-2021->> Acesso em 22 jan 2023

**[17] Nesse sentido: Portal G1. MPF e Ministério da Saúde investigam desvio de vacinas em troca de ouro na Terra Yanomami.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/04/14/mpf-e-ministerio-da-saude-investigam-desvio-di>> Acesso em 22 jan 2023

**[18] CNN. Associação Ianomâmi denuncia troca de ouro por vacina entre secretaria e garimpo.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/associacao-ianomami-denuncia-troca-de-ouro-por-vacina-entre-secretaria-e-garimpo/>> Acesso em 22 jan 2023

**[19] MADEIRO, Carlos. Tragédia Ianomâmi gera fila de espera de crianças desnutridas para remoção.** UOL Notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/01/21/tragedia-ianomami-gera-fila-de-espera-de-crianc>> Acesso em 22 jan 2023

**[20] Poder360. Bolsonaro visita garimpo ilegal em terra indígena de Roraima; oposição crítica.** Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-visita-garimpo-ilegal-em-terra-indigena-de-roraima-oposicao-critica/>> Acesso em 22 jan 2023

**[21] Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:  
 [...] XIV - populações indígenas;

**[22] Art. 109.** Aos juizes federais compete processar e julgar:  
 [...] XI - a disputa sobre direitos indígenas.

**[23] Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:  
 [...] § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:  
 [...] IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

**[24] Art. 176.** As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário § 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empres

**[25] Art. 1º** Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: [\[Vide Lei nº 7.960, de 1989\]](#)  
 a) matar membros do grupo;  
 b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;  
 c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;

[...]

Com as penas do [art. 121, § 2º, do Código Penal](#), no caso da letra a;

Com as penas do [art. 129, § 2º](#), no caso da letra b;

Com as penas do [art. 270](#), no caso da letra c;

[...]

**[23] Omissão de socorro**

Art. 135 - **Deixar de prestar assistência**, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à **pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo**; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade competente...

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

**[24] Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença**, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Dino, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 23/01/2023, às 16:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **22215418** e o código CRC **94048553**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO:

- Fotografias (22215892).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08001.000447/2023-85

SEI nº 22215418

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 400 - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3111 - <https://www.justica.gov.br>

Para responder, acesse <https://sei.protocolo.mj.gov.br>